

DDC: UMA NOVA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CULTURAL POPULAR PARA A CIDADE DO RECIFE

Data de submissão: 26/04/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Rosana Maria dos Santos

Universidade Federal Rural de
Pernambuco (UFRPE)
Recife – PE

<http://lattes.cnpq.br/3900261605147923>

RESUMO: O Departamento de Documentação e Cultura (DDC) era uma repartição Municipal, subordinada ao prefeito da capital pernambucana, que substituiu a Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT), e passou a se chamar Diretoria de Documentação e Cultura em 1945. Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura. Os serviços do Departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus ofícios como na sua estrutura. O DDC conseguiu trazer uma nova proposta para vida cultural da cidade, sobretudo nas áreas menos favorecidas. Os seus programas culturais desenvolvidos durante muitos anos proporcionaram a criação de bibliotecas populares, em bairros periféricos do Recife; discotecas, onde era possível ter acesso a músicas

eruditas e folclóricas; apresentação de concertos musicais e peças teatrais, na maioria das vezes em praça pública; o cinema popular e o turismo que oferecia excursões com preços mais acessíveis aos menos favorecidos economicamente. Assim, o artigo tem como objetivo analisar e problematizar a criação do Departamento de Documentação e Cultura e a sua importância para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o fomento da cultura e educação na cidade do Recife na década de 1950 e 1960.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Recife, Departamento de Documentação e Cultura.

ABSTRACT: The Department of Documentation and Culture (DDC) was a Municipal department, subordinate to the mayor of the capital of Pernambuco, which replaced the Directorate of Statistics and Propaganda and Tourism (DEPT) and was renamed the Directorate of Documentation and Culture in 1945. In 1953, during the administrative reform determined by Mayor José do Rego Maciel, the Directorate was renamed the Department of Documentation and Culture. The Department's services have undergone major changes, both in

their functions and in their structure. The DDC managed to bring a new proposal to the city's cultural life, especially in less favored areas. Its cultural programs developed over many years led to the creation of popular libraries in peripheral neighborhoods of Recife; nightclubs, where it was possible to have access to classical and folk music; presentation of musical concerts and theatrical plays, most of the time in public squares; popular cinema and tourism that offered excursions at more affordable prices to the economically disadvantaged. Thus, the article aims to analyze and problematize the creation of the Department of Documentation and Culture and its importance for the development of public policies aimed at promoting culture and education in the city of Recife in the 1950s and 1960s.

KEYWORDS: Public Policies, Recife, Department of Documentation and Culture

AS ESTRATÉGIAS PARA “CIVILIZAR” O RECIFE NO SÉCULO XX

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife. No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.¹

Não podemos negar que o aumento populacional do Recife representou um certo receio para as elites locais.² Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo “progresso”, mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da cidade.³

Assim sendo, junto ao desenvolvimento econômico e urbanístico, a modernidade e o progresso, revelaram mendigos, desocupados, ladrões; homens que viviam vagando “livremente” pelas ruas da cidade do Recife. Os registros nos jornais Diário da Noite, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e o Folha da Manhã, que circulavam na cidade do Recife, nos permitem constatar a que ponto a rebelião, a revolta e a subversão são fatos sociais corriqueiros, que a urbe sabia como administrar, reprimir ou até mesmo reconhecer rapidamente como os primeiros sinais de insatisfação (FARGE, 2009).

1 Para maiores aprofundamentos sobre o estudo das elites no Brasil ler: CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*, 2003; *Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. CHARLE, C. *História das elites e método prosopográfico*. 2006. In: HEINZ, F. M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

2 A população teve um crescimento expressivo de 113 mil habitantes, em 1890, para 239 mil em 1920. Com o aumento populacional, Recife se expandia e conseqüente ganhava novos bairros. A Madalena, o Poço da Panela, Caxangá, Afogados, Várzea e Beberibe. REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **O Recife: História de uma Cidade**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

3 Nem todos aceitavam ou usufruíam dos privilégios das reformas urbanas. Em 1904, o prefeito Eduardo Martins, nomeado pelo governador Sigismundo Gonçalves, tomou medidas disciplinadoras na cidade do Recife. Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: urbanizar, civilizar e modernizar. As elites dominantes buscavam fomentar a todo o momento a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *O Recife: história de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, p.49-50.

O processo de modernização trouxe para a cidade grandes empresas, como a London e a Brazilian St. Ry. Consequentemente essa industrialização acarretou na chegada de mão de obra, sobretudo de Ingleses que chegaram para trabalhar nas fábricas.⁴ Com isso, houve a necessidade de criação de locais onde esses trabalhadores pudessem realizar seus encontros, assim como também houve a necessidade de criação de um ambiente em que as práticas culturais servissem como uma distinção social. No século XX há um aumento na construção de grandes clubes fechados, visitados por uma minoria privilegiada da população, eram homens que não viviam “vagando” pelas ruas da cidade.⁵ Esses cidadãos eram os frequentadores de ambientes sofisticados de clubes fechados, como por exemplo, o Clube internacional do Recife (1885), Sport Club do Recife (1905), *The British Country Club* (1920), Clube Alemão (1920), Caxangá Golf Club (1928) e o Clube Português (1934).⁶ Esses locais eram visitados por elementos da alta sociedade, e não permitiam associados das camadas populares, pois eram espaços que conferiam distinguir economicamente e socialmente a população recifense.

Segundo Raimundo Arrais, esses espaços de lazer causavam uma grande sedução sobre as camadas populares. A construção de grades em praças e jardins do Recife, visando excluir os populares de certos lugares públicos, deixa bem claro até que ponto a exclusão social foi latente na urbe. São as camadas pobres do Recife que sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre as camadas populares eram pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de “domesticar” e disciplinar os corpos (ARRAIS, 1998).

Segundo a historiadora Sylvia Couceiro, a modernização implementada nas primeiras décadas do século XX, alterou não apenas a aparência física da cidade, mas também provocou intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. Couceiro ainda corrobora com a ideia de que as elites “brigavam” para dominar os espaços públicos, sobretudo

4 Nos anos de 1930, o Recife já apresentava claros sinais de modernização e contrastes sociais. A cidade contava com cerca de 1.148 empresas, das mais diversas áreas de produção, possuía uma indústria têxtil expressiva, com 5.453 operários, com destaque à Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, que ficava situada no bairro da Torre. Em termos de habitação, existiam 23.210 mocambos e 23. 869 prédios, com uma população que variava entre 238 mil (1920) e 348 mil (1940). PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *O Recife: história de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 08, p.59.

5 Nessa época, os que viviam pelas ruas do Recife, eram vistos como desocupados, homens que praticavam a “vadiagem”. Para Nobert Elias, nas civilizações ocidentais modernas, ocorreu um processo que resultou na transformação das condutas, onde estes precisavam ser moldados. A esta transformação o sociólogo denominou o “processo civilizador”. Assim, viver nas ruas dos centros urbanos e praticar atos desordeiros em que não controlam os impulsos, são considerados, assim, incivilizados. ELIAS, N. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. II.

6 VAINSENER, Semira Adler. *Ingleses em Pernambuco*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. >. Acesso em: 10 de dez de 2023.

as ruas, porém não conseguem controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares dela. A população recifense, sobretudo os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento (COUCEIRO, 2003).

Desse modo, a rua e as festas populares, principalmente o Carnaval, tornam-se o lugar de lazer e divertimento. Para Durval Muniz, as festas, especialmente o reinado de Momo, são espaços de negociação, de tensões, conflitos e alianças e disputas entre diferentes agentes, que se debatem e se conflitam em torno dos sentidos e significados a serem dados à festa, assim como também em torno das práticas que as constituíram, das regras que estabeleceram, permissões e proibições, que definirão limites e fronteiras entre o que pode ser admitido e o que deve ser excluído (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA

O Departamento de Documentação e Cultura (DDC) era uma repartição Municipal, subordinada ao prefeito da capital pernambucana que substituiu a Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT), passando a se chamar Diretoria de Documentação e Cultura, pelo decreto lei 428, de 8 de junho de 1945:

[...] Considerando os termos do Decreto-lei nº 428, de 8 de junho de 1945, desta Prefeitura, que deu á D E.P.T. a denominação de Diretoria de Documentação e Cultura, cabendo à nova repartição não só a realização da maioria das tarefas impostas ao antigo departamento como, também, outros trabalhos ligados, sobretudo, á documentação das atividades do município como ao desenvolvimento de certas condições propícias á melhoria da cultura geral da coletividade [...].⁷ (sic)

Durante a gestão do Prefeito Antônio de Novais Filho, em março do ano de 1939, surge a Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo, que realizava atividades estatísticas e promoção da atividade turística, especialmente a de propaganda.⁸ A diretoria foi criada a partir de uma necessidade de atender aos turistas que chegavam ao Recife. Segundo o historiador Dirceu Marroquim, a Diretoria foi um dos principais incentivadores de políticas públicas de turismo para o Estado, principalmente no Recife. Além do desenvolvimento da atividade turística, ele também tinha a função de propagar a imagem do Estado e de seu Interventor Agamenon Magalhaes (MORROQUIM, 2013).

A Diretoria surge em um momento importante da história brasileira, dois anos antes de sua criação, em 1937, com a decretação do Estado Novo, houve mudanças significativas no país. Os governadores de cada Estado passaram a se chamar Interventores, que representavam todas as vontades de Getúlio Vargas. Em Pernambuco, o Interventor Federal indicado pelo Presidente foi Agamenon Magalhães. O Interventor foi um grande

7 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Documentário do tri-centenário da restauração pernambucana 1854 -1954*. Recife. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

8 Por ato do interventor Agamenon Magalhães, Antônio Novais Filho foi nomeado prefeito da cidade do Recife em 1937 e governa até 1945. Durante sua administração, constrói a ponte Duarte Coelho, Estrada dos Remédios e a Avenida Guararapes. Liga a rua da Palma à avenida Guararapes.

articulador, tornou-se muito próximo do Presidente e foi um dos mentores do golpe e da estrutura político-administrativa do Estado Novo.⁹

O interventor Agamenon também fez modificações do perfil urbano do Recife, através de um plano de remodelação, segundo o qual a miséria e pobreza deveriam ser escondidas. A Capital deveria ganhar status de um centro urbano limpo, onde a pobreza “aparentasse” não existir. Agamenon também realizou várias obras para a viabilização das indústrias e dos transportes, sobretudo, as que ligavam a capital ao interior do Estado.

Para prefeito da capital pernambucana, nomeou Novais Filho (administrou a cidade do Recife de 1937-1945), que ficou conhecido pela imprensa local como o “matuto”. A escolha de Novais Filho causou estranheza nos círculos políticos da cidade. Essa singularidade foi fortemente veiculada pela imprensa local. No entanto, a nomeação do prefeito apresentava coerência, pois estava em conformidade com as alianças estabelecidas em Pernambuco, que almejavam incorporar grupos alijados do poder nos governos anteriores, entre eles estavam os fornecedores de cana. Além disso, o prefeito era uma das lideranças mais expressivas dos senhores de engenhos, o que lhe dava prestígio e força para exercer o cargo na Prefeitura (PONTUAL, 2001)

Novais Filho realizou mudanças na cidade, principalmente, as de cunho paisagístico: pavimentou ruas, revitalizou e criou praças públicas, construiu pontes e pavimentou ruas.

Segundo Teixeira, nas décadas de 1940 e 1950 a cidade do Recife passava por um período de grande efervescência cultural, além disso, os anos citados ocupam um lugar central na história recente do Recife. As transformações que a cidade vivenciou nessas duas décadas foram de suma importância para a construção de um Recife cultural. É válido lembrar que muito antes dos anos da criação da Diretoria de Documentação e Cultura já havia um dinamismo da vida cultural na cidade, no entanto a partir de 1940 há consolidação dessa efervescência cultural de práticas culturais (TEIXEIRA, 2007).

Ainda na gestão de Novais Filho, no dia 8 junho de 1945, através do decreto lei nº 428 Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT), passou a se chamar Diretoria de Documentação e Cultura. A Diretoria era dirigida por Manuel de Souza Barros, que também foi diretor da Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo. Ela passou a ser uma ponte entre a qual o poder público desenvolvia as atividades que considerasse culturais.¹⁰

9 Com características autoritárias e anticomunista ferrenho, Agamenon acreditava que o sistema democrático estava falido. Simpatizante do fascismo italiano pregava a implantação de um regime corporativista. Governou Pernambuco com mãos de ferro, perseguindo políticos, profissionais liberais, pessoas ligadas à religião afro-brasileira, intelectuais e artistas plásticos do Estado, considerados de esquerda e simpatizantes de práticas “subversivas”, a exemplo de Olívio Montenegro, Ulisses Pernambucano, Silvio Rabelo, Aníbal Fernandes, Gilberto Freyre, Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres e tantos outros. PANDOLFI, D. C. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

10 A principal revista que ajudou a propagar a vida cultural da cidade foi a revista *Arquivos* que foi publicada entre os anos de 1942 e 1977. O DDC utilizava a revista para divulgar eventos que realizou ou apoiou, tais como: salões de pintura, exposições fotográficas. A Diretoria também produziu muitas publicações que buscavam evidenciar a vida cultural da cidade do Recife, dentre elas a artística. A revista era vinculada à Prefeitura Municipal do Recife. O DDC utilizou essa revista como uma forma de divulgar suas próprias ações. As edições analisadas estão no setor de periódicos do Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco.

Muitos jornais e revistas da época mencionavam a atuação da Diretoria de Documentação e Cultura. Isso ocorre pelo fato de ter sido um órgão que fomentou as atividades culturais. Ela construiu uma imagem, ao menos aos olhos da imprensa local, de uma instituição comprometida com a cultura, educação e preservação documental da cidade (PAZ, 2015).

Desde 1948, segundo o relatório municipal verifica-se que a DDC reclamava da carência de verbas para dar continuidade ao seu trabalho, a saber registro fotográfico das atividades municipais, turismo, publicação de periódicos Arquivos, boletim da cidade e do Porto do Recife e Praieiro, postos de salvamentos nas praias, discoteca, e implantação de biblioteca popular de Casa Amarela (PAZ, 2015, p.171).

Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura.¹¹ Os serviços do departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus serviços como na sua estrutura. Além disso, o Departamento passou a ser integrado por duas divisões: o de documentação e o de divulgação, este último ficou responsável pelos serviços de arquivo, fototeca, filмотeca, publicidade e turismo. Também era de responsabilidade do Departamento promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música. O Departamento ainda contava com setores de comunicação, estatística, pessoal e material, cujo principal interesse era promover tudo que englobasse a parte cultural do Recife.¹²

11 José do Rego Maciel foi prefeito do Recife de 1953 até 1955. Sua gestão foi marcada por obras voltadas para a Educação. Instalou a biblioteca popular de Afogados em edifício considerado moderno na época, além de criar a primeira biblioteca ambulante. Organizou o 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, fundando o referido curso. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Prefeitos*. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

12 Segundo o Jornal A Semana de 1953, o Departamento de Documentação e Cultura era um órgão especializado em cuidar da cultura do povo recifense. O DDC foi um órgão especializado em cultura, o pioneiro do país. O DDC promove cultura para o povo. *Diário da Noite*, Recife, 21 de mar. 1953, p.3.



Imagem: Cinema popular promovido pela DDC

Fonte: Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Jan-Dez, 1946-1949, N° 19-34.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Por diversas divergências políticas, o Departamento de Documentação e Cultura foi extinto no ano de 1955.¹³ As críticas eram direcionadas principalmente ao seu diretor José Césio Regueira Costa, que passou quase catorze anos na condução do referido órgão. Durante o período em que esteve à frente do DDC, ele conseguiu trazer uma nova proposta para vida cultural da cidade, sobretudo nas áreas menos favorecidas. Os programas culturais desenvolvidos pelo Departamento durante muitos anos proporcionaram a criação de bibliotecas populares em bairros periféricos; discotecas onde era possível ter acesso a mássicas eruditas e folclóricas; apresentação de concertos musicais e peças teatrais, para o povo, na maioria das vezes em praça pública; o cinema popular e o turismo popular que oferecia excussões com preços mais acessíveis aos menos favorecidos economicamente.

13 Segundo o Jornal Diário da Noite do dia vinte e nove de fevereiro de 1953, Mario Melo, jornalista e ex – secretário da Federação Carnavalesca Pernambucana, foi um dos críticos a exposições de Arte Moderna, realizadas pela DDC. Na época, o Jornalista era o responsável pelo salão dos Correios e Telégrafos o qual era cedido para a realização de exposições de artes plásticas. No entanto, tudo, antes de ser exposto, deveria passar pela avaliação de Mario Melo. Ele chamava as obras de “tendência de monstros”. Diante da imposição feita pelo jornalista, Césio Regueira Costa (diretor da D.D.C, na época) não concorda com a resolução tomada pelo diretor dos Correios e Telégrafos. A exposição de Arte Moderna não se submeteu à apreciação do Mario Melo a nenhuma das exposições que o DDC patrocinou: “exigir censura estética prévia para as exposições, realizadas em seu edifício. [...] Ou a sala é cedida, ou não é, para mostras de arte. Apreciar o mérito plástico do que se expõe, não cabe evidentemente, ao dono do salão. ‘É de admirar que esse absurdo aconteça no meio dos ‘pregoeiros’ da liberdade”. Arte. *Diário da Noite*. Recife, 29 de jan. 1953, p.4.

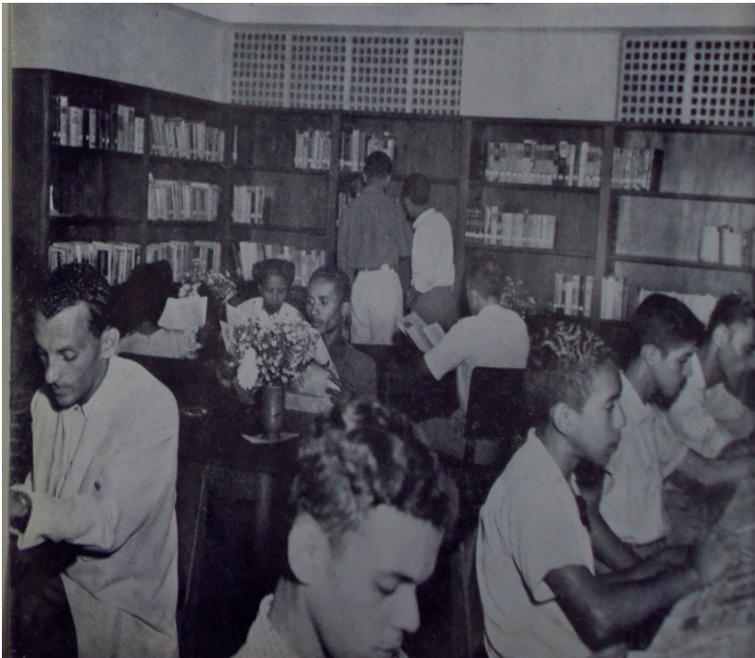


Imagem: Biblioteca Popular de Casa Amarela fundada pela DDC

Fonte: Bibliotecas Populares no Recife – Diretoria de Documentação e Cultura Municipal do Recife

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Diante de todas essas ações, o DDC ganhou o prestígio e a admiração dos moradores dos subúrbios recifense, pessoas que muitas vezes não tinham acesso à cultura regional, nacional ou até mesmo, mundial. Segundo uma notícia do jornal Diário da Noite, “O exemplo que frutifica”, o governo do Espírito Santo havia solicitado à prefeitura do Recife “informações” e “materiais” sobre o Departamento. O noticiário acredita que tal interesse se deve ao intuito daquele governo de criar “coisa igual ou semelhante em Vitória”. Na carta o governador citava lugares onde isso já havia acontecido: Campina Grande (PB), Natal (RN), Bahia (BA), e uma cidade que já demonstrava interesse, Maceió. Essas informações viriam validar a importância daquele Departamento, que, segundo a mesma notícia, estava em vias de desaparecer, perante uma proposta de desmembrá-lo em “três ou quatro repartições diferentes”. Para a felicidade de quem escrevia o texto, isso não aconteceu, mas era importante fazer um apelo ao “futuro Prefeito” do Recife, de que tivesse “pelo DDC a consideração e o interesse que tem o atual, e tudo estará bem para os lados da prestável repartição” (DIÁRIO DA NOITE, 1952). Ou seja, ele foi extinto por questões políticas, pois com a mudança de prefeitos, vêm projetos políticos diferentes.

O DDC possibilitou uma maior aproximação da população de baixa renda com a cultura. As “classes populares” passaram a ter acesso à leitura de livros, visita de exposições de artes plásticas, tais como: escultura, fotografia e pintura. Essas políticas culturais já bem

desenvolvidas em grandes centros urbanos tais como Nova York e Paris. Para Regueira Costa, o povo recifense, seja ele pobre ou rico, tinha direito a ter acesso à cultura.¹⁴

Mesmo desenvolvendo as políticas culturais no Recife, proporcionando aos menos favorecidos o acesso à cultura, o diretor do Departamento de Documentação e Cultura foi destituído do cargo. A demissão Césio Regueira foi relatada pelo jornal Diário da Noite do dia dezanove de fevereiro de 1955, sendo nomeado para substituí-lo o ex-diretor Reinaldo Câmara. Segundo o periódico o Diretor estava sofrendo uma injustiça, pelo simples fato de não ser efetivo, o que acabava acarretando sua instabilidade no cargo com as sucessivas mudanças de políticos na prefeitura. O diretor era um homem exigente com seus funcionários, nos relatórios entregues à Câmara Municipal do Recife, ele reclamava da falta de habilidades técnicas dos servidores. O Departamento tinha um acúmulo de funcionários descapacitados para exercer tarefas capazes satisfazer a grande demanda cultural que a cidade necessitava. Essa era uma das principais dificuldades da Diretoria, além da falta de verba.¹⁵ Uma série de informativos vinha divulgando e reclamando a retirada por parte da prefeitura do Recife de José Césio Regueira da diretoria do DDC (DIÁRIO DA NOITE, 1955).

Com a chegada de Pelópidas Silveira ao poder em 1955, José Césio Regueira Costa volta à diretoria do DDC. Na nova fase da sua gestão, ele buscou estimular o turismo no Recife, assim como também a manutenção de bibliotecas, a promoção de concertos oficiais e populares, patrocínio de conferências e exposições de artes plásticas.¹⁶ Também falou da “ampliação dos serviços do DDC”, que a partir daquele momento aprofundaria nas “camadas populares, segundo o desejo do Prefeito Pelópidas Silveira.” A sede da repartição também iria mudar, para ficar mais acessível ao “povo”. (DIÁRIO DA NOITE, 1955, p.3).

14 Nessa pesquisa não busquei analisar quem eram os tipos populares que a DDC buscava assistir com as suas ações culturais. Segundo Raissa Alves Colaço Paz, não há registros de que mendigos frequentaram as bibliotecas populares, por exemplo. Para a historiadora os frequentadores desses espaços culturais eram comerciantes, professores, estudantes, operários, militares, sacerdotes. PAZ, Raissa Alves Colaço. *Preocupações artísticas: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife*. Dissertação de Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015, pp.171-172.

15 O jornal Diário da Noite publicou alguns textos lamentando a demissão de Césio Regueira. Os periódicos também buscaram enfatizar as boas ações feitas pela DDC a vida cultural da cidade do Recife. DEMISSÃO Lamentável, *Diário da Noite*, Recife 19 de mar de 1955, p.3. Homenagem ao ex-diretor da DDC, *Diário da Noite*, Recife 25 de mar de 1955, p.3.

16 Em entrevista realizada com o Jornalista e ex-diretor da Fundação de Cultura do Recife, Leonardo Dantas Silva, no dia 10/12/2015, ele afirma que o Departamento de Documentação e Cultura atuou até o final de década de 1979, sendo extinta com a criação da Fundação de Cultura Cidade do Recife. “O DDC sobreviveu a COC. O DDC era uma das coisas mais organizadas que se tinha aqui. O DDC tinha as bibliotecas de Afogados; Casa Amarela; ela tinha uma cinemateca; ela tinha uma discoteca, que tinha umas cabines para você ouvir música, tinha uma biblioteca de arte. Na verdade, quem veio fechar o DDC já foi a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, em maio de 1979. Não tem nenhum ato extinguindo a DDC, ela cai por desuso. Ela era uma espécie de Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura, que perde a sua função com a criação da Fundação de Cultura Cidade do Recife. É a Fundação de Cultura que passa a fazer o Carnaval, fazer o São João, a fazer as festas do ano todo e todas as festas de final de semana. Passa a dirigir as bibliotecas, cria as bibliotecas volantes, cria o teatro Apolo, cria o Museu da Cidade do Recife, cria a galeria de arte, que hoje é o MAMAM, cria a banda de música, que já existia e era ligada ao gabinete do prefeito, mas que depois passa a integrar a Fundação de Cultura. Então, a Fundação de Cultura, passa a ser um órgão forte da Cultura, que depois se avacalha a partir do momento em que ela perde a sede ali na praça Abreu e Lima, junto do cemitério dos ingleses. Todo aquele Pátio de São Pedro era dela, então ela perde o espaço”.

Antes de o Prefeito Pelópidas Silveira chegar ao poder, em dezembro de 1955. A lei 3346 de 7 de junho de 1955 já tinha sido sancionada. Pela lei a Prefeitura da Cidade do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura, passa a organizar os festejos de Momo na capital pernambucana.

Deverá também o Departamento de Documentação e Cultura da Municipalidade, ajudar técnica e financeiramente, todos os blocos, troças, escolas de samba e demais organizações carnavalescas que contribuirão para a animação e grandeza do Carnaval do Recife (DIÁRIO OFICIAL, 1955).

Na década de 1960, juntamente com o Movimento de Cultura Popular (MCP) o Departamento de documentação e cultura realizaram a I festa de São João da Cidade. Objetivo do evento era reestabelecer a valorização da cultura regional. As festividades ocorreram de 20 a 28 de junho, no Sítio da Trindade, sede do Movimento de Cultura Popular.

O departamento de Documentação e Cultura, com o mesmo espírito que realizou a I Festa de Natal do Recife, enriquece hoje o calendário turístico da cidade, promovendo a I Festa de São João da Cidade do Recife, em colaboração com o Movimento de Cultura Popular. Trata-se de um esforço que visa a valorização dos festejos juninos, em declínio progressivo de ano para ano, e cada vez mais acentuadamente, perdendo o seu conteúdo popular. O São João do Recife, que já foi uma das festas mais típicas do seu povo, torna-se hoje em dia apenas uma referência no calendário mundano dos clubes sociais. As arraias, coco, cirandas, bandeiras, adivinhações e danças folclóricas foram desaparecendo gradativamente, substituídos por um caipirismo artificioso, vazio de conteúdo humano e sem nenhuma autenticidade. É esse processo de descaracterização que precisamos corrigir (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1961).

O MCP também estendeu suas experiências para o campo da arte popular. O trabalho do movimento se expressou, na prática, através de “pesquisas de fontes folclóricas”, em seis praças da cultura espalhadas pelos subúrbios do Recife. O MCP foi criado como uma entidade privada sem fins lucrativos, que se mantinha graças a convênios que, na prática, foram quase que exclusivamente firmados com a Prefeitura da cidade do Recife e o governo do Estado de Pernambuco. Esse apoio financeiro durante muitos anos também foi dado por muitos intelectuais. Entre os seus fundadores encontra-se Germano Coelho, Ariano Suassuna, Hermilio Borba Filho, Abelardo da Hora, Aloízio Falcão, Paulo Freire, Francisco Brennand e Luis Mendonça.¹⁷

17 O quando o Movimento de Cultura Popular (MCP) é extinto sobre forte repressão em 1964. O MCP foi fundado durante o período de João Goulart (1961-1964), e tinha como principal objetivo difundir um programa educacional, em que a alfabetização de crianças e adultos deveria ser programada. O objetivo do movimento era elevar o nível cultural dos alfabetizados pelo movimento, assim como também, melhorar sua capacidade aquisitiva de ideias sociais e políticas. O MCP também estendeu suas experiências para o campo da arte popular, através do Departamento de Formação Cultural. O trabalho do movimento se expressou, na prática, através de “pesquisas de fontes folclóricas”, em seis praças da cultura espalhadas pelos subúrbios do Recife. O MCP foi criado como uma entidade privada sem fins lucrativos, que se mantinha graças a convênios que, na prática, foram quase que exclusivamente firmados com a prefeitura da cidade do Recife e o governo do estado de Pernambuco. Esse apoio financeiro durante muitos anos também foi dado por muitos intelectuais. Entre os seus fundadores encontra-se Germano Coelho, Ariano Suassuna, Hermilio Borba Filho, Abelardo da Hora, Aloízio Falcão, Paulo Freire, Francisco Brennand, e Luis Mendonça. MAURÍCIO, Ivan; CIRANO, Marcos; ALMEIDA, Ricardo. **Arte popular e dominação: o caso de Pernambuco 1961-1977**. Recife: alternativa, 1978.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

As atividades realizadas pelo Departamento de Documentação e Cultura (DDC) e pelos órgãos que o antecederam, visando o desenvolvimento da prática cultural dos recifenses, notadamente daqueles pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, se por um lado demonstra a importância do papel do Estado frente a consecução do exercício da cidadania, por outro revela os efeitos negativos das mudanças ocorridas com a troca dos governantes.

O DDC, enquanto formulador e implementador de políticas públicas voltadas ao acesso à cultura oportunizou aos moradores do Recife um encontro com a própria identidade de ser humano. Até o final do século XIX essas pessoas sequer poderiam usufruir dos bens públicos de uso comum do povo, como as praças e parques, cujo ingresso era limitado por grades, de sorte que apenas os privilegiados poderiam deles apropriar-se.

Ressalta-se, contudo, que esse papel desempenhado pelo Departamento não é apenas fruto da vontade dos governantes, posto que a garantia de promoção e de proteção da cultura encontrava respaldo na Constituição brasileira de 1946, conforme preceitua seu art. 174: “O amparo à cultura é dever do Estado.” Essa obrigação imposta ao poder público pela norma maior, vincula a necessidade de implementação de políticas culturais. Segundo Néstor Garcia Canclini,

As políticas culturais resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.”¹⁸ (CANCLINI, 2001, p. 65).

Essa diversidade de atores, indicada por Canclini, que intervêm na construção das políticas culturais, constitui as denominadas redes de políticas públicas¹⁹. Tal estrutura revela que não é o Estado o único protagonista na concepção e efetivação dessas ações. Contudo, é o poder público o fio condutor dessas intervenções, delas participando na qualidade de criador ou de impulsionador.

As políticas públicas nascem como solução a um problema público, no entanto as intenções que levam ao seu surgimento nem sempre estão fundadas na coletividade, de modo que as razões que acarretam a sua extinção podem ter origens diversas, dentre as quais a principal, de acordo com Meny e Thoenig (*Apud* SECCHI, 2013), é o desaparecimento da relevância das ações no âmbito das agendas governamentais.

No que tange ao DDC, certamente um conjunto de variáveis devem ter cooperado para descontinuidade das suas atividades e posterior extinção, mas, como observado,

18 CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. Buenos Aires: Clacso, 2001, p.65. <<http://www.culturaemercado.com.br>> Acesso em 12/01/2024.

19 Para Chrispino (2016, p. 62), uma rede de políticas públicas é entendida como: “[...] a reunião circunstancial de instituições, cidadãos ou grupo organizado de cidadãos, oriundos dos poderes Executivo e Legislativo e da sociedade, em torno de uma política pública de interesse comum, quer em sua etapa política, quer em sua etapa administrativa.”

inclusive na tabela que retrata as Diretorias e Departamentos criados na cidade do Recife entre os anos de 1939 -1955, o elemento político pode ter tido um peso de grande relevância, uma vez que mudanças no governo municipal interferiam na continuidade das atividades do Departamento. Na perspectiva de Chrispino, 2016, p.43,

O grande desafio do administrador público é produzir políticas de longo prazo, com visão prospectiva e capacidade de agregar valores substantivos, sem deixar de atender aos direitos dos cidadãos e aos deveres mínimos da administração pública, qualquer que tenha sido o motivo causador: pela incompetência, descompromisso, omissão, desorganização, falta de planejamento, desvios de finalidade, equívoco na definição de prioridades etc., sempre culpa do governo anterior ou do antecessor que ocupava a cadeira.

As políticas culturais propiciadas pelo DDC impactaram as vidas daqueles que delas puderam ter acesso, o que indica a substancialidade do Departamento. Em outro sentido, o desmonte do Departamento de Documentação e Cultura, transparece a face obscura de governos que não tem a sociedade como elemento basilar das suas decisões. Quando há políticas públicas culturais e educacionais sólidas, muda-se a gestão política administrativa, mas não se muda o que foi estipulado como uma prioridade e necessidade para população.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Festas para que te quero**: por uma historiografia do festejar. Revista Patrimônio e memória, UNESP-FCLAs-CEDAP, v.7,n.1,pp.134-150, jun.2011.

ANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: edusp, 2003.

ANCLINI, Nestor García. Definicionesentransición. Buenos Aires: Clacso, 2001, p.65. <<http://www.culturaemercado.com.br>> Acesso em 12/01/2024.

ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiro enunciado de Modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX. **Revista do departamento de História e Ciências Sociais**, UFG, v. 7, p. 101-121, 2010.

ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e Confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: Cecília Azevedo. [et al.] (Orgs.) **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.39.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial, 2003; **Teatro de sombras**: a política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papius, 1995.

CERTEAU, Michel. Políticas culturais. In: CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, Papius, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. 2006. In: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.

COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. In BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jailson Pereira . **Os Anos 1920**: histórias de um tempo. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CHRISPINO, Alvaro. **Políticas Públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade vermelha**: a experiência democrática no pós Estado Novo Recife, 1945 -1955. Tese de doutorado em história, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MAURÍCIO, Ivan; CIRANO, Marcos; ALMEIDA, Ricardo. **Arte popular e dominação: o caso de Pernambuco 1961-1977**. Recife: alternativa, 1978.

MORROQUIM, Dirceu S.M. História de um navio holandês (1939): antecipações do turismo em Pernambuco. In CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES Aline Montenegro. **Histórias do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.197-209.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PAZ, Raissa Alves Colaço. **Preocupações artísticas**: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife. Dissertação de Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora da UFPE, 2001.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **O Recife**: História de uma Cidade. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002.

SANTANA, Andresa Bezerra de. **Silêncio no centro do Recife**: as práticas urbanísticas e o calar de um monumento no período estado novista. Salvador: II Seminário Internacional Urbanístico, 2012.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documentário do tri-centenário da restauração pernambucana 1854 -1954**. Recife. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learnig, 2013.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha**: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, pp. 13-20.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. IN: NEGRO, A.L. & SILVA, S (org.). **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

VAINSENER, Semira Adler. **Ingleses em Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. >. Acesso em: 10 de dez de 2023.

Fontes

NOVA FASE do DDC. **Diário da Noite**, Recife 21 de dez de 1955. p.3.

O EXEMPLO que frutifica. **Diário da Noite**, Recife, 11 de nov de 1952, p.3.

PERNAMBUCO, **Diário Oficial**, 7 de jun de 1955. Oficialização do Carnaval do Recife.

VÉSPERA DE SÃO JOÃO NO RECIFE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 de julho de 1961. Crônicas da cidade.